



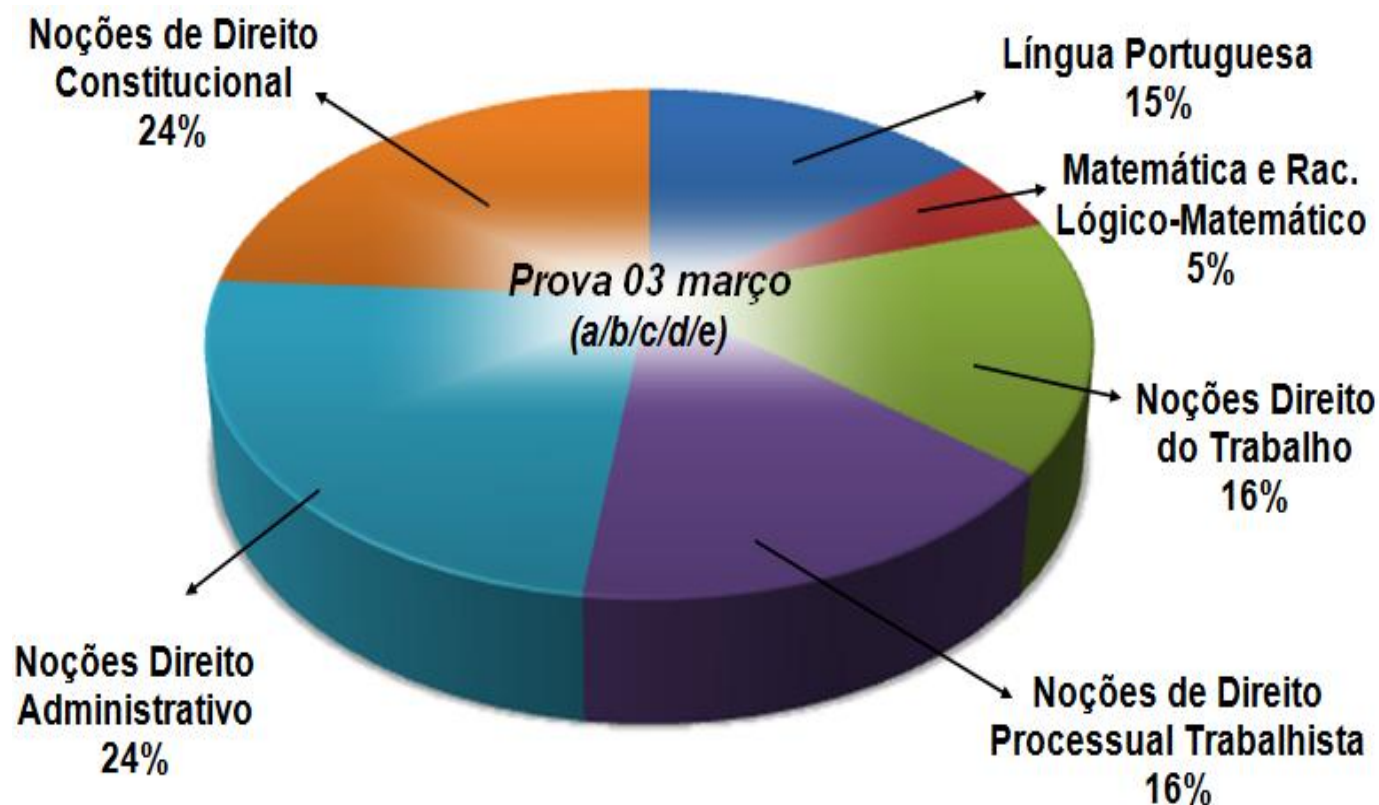
# SIMULADO TRT PARANÁ 2013

**+ GABARITO COMENTADO**

Técnico Judiciário – Área Administrativa

VERSÃO  
**1-MGA**

## ESTRUTURA DA PROVA OFICIAL E DESTE SIMULADO



**Curso Solon Concursos**

[www.CursoSolon.com.br](http://www.CursoSolon.com.br)

Aulas & Apostilas



## CONHECIMENTOS GERAIS – 20 QUESTÕES (peso 1)

### LINGUA PORTUGUESA:

Professora Eliane Haj

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 7, considere o texto abaixo.

Os governos e os parlamentos devem achar que a astronomia é uma das ciências que custam mais caro: o menor instrumento custa centenas de milhares de francos; o menor observatório custa milhões; cada eclipse acarreta depois de si despesas suplementares. E tudo isso para astros que ficam tão distantes, que são completamente estranhos às nossas lutas eleitorais, e provavelmente jamais desempenharão qualquer papel nelas. É impossível que nossos homens políticos não tenham conservado um resto de idealismo, um vago instinto daquilo que é grande; realmente, creio que eles foram caluniados; convém encorajá-los, e lhes mostrar que esse instinto não os engana, e que não são logrados por esse idealismo.

Bem poderíamos lhes falar da navegação, cuja importância ninguém ignora, e que tem necessidade da astronomia. Mas isso seria abordar a questão por seu lado menos importante.

A astronomia é útil porque nos eleva acima de nós mesmos; é útil porque é grande; é útil porque é bela; é isso que se precisa dizer. É ela que nos mostra o quanto o homem é pequeno no corpo e o quanto é grande no espírito, já que essa imensidão resplandecente, onde seu corpo não passa de um ponto obscuro, sua inteligência pode abarcar inteira, e dela fruir a silenciosa harmonia. Atingimos assim a consciência de nossa força, e isso é uma coisa pela qual jamais pagaríamos caro demais, porque essa consciência nos torna mais fortes.

Mas o que eu gostaria de mostrar, antes de tudo, é a que ponto a astronomia facilitou a obra das outras ciências, mais diretamente úteis, porque foi ela que nos proporcionou um espírito capaz de compreender a natureza.

[Adaptado de Henri Poincaré (1854-1912). *O valor da ciência*. Tradução Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995, p.101]

#### 01. Para o autor, a astronomia tem um custo

- (A) muito menor do que outros campos do conhecimento humano, como a navegação, que aliás acaba por se beneficiar do conhecimento astronômico.
- (B) elevado, de centenas de milhares a milhões de francos, cabendo aos políticos o equilíbrio desses gastos de modo a permitir que essa ciência continue a engrandecer o homem.
- (C) muito alto quando comparado com o de outras ciências mais úteis, o que deve, contudo, ser relativizado em função da contribuição que recebem do conhecimento astronômico.
- (D) alto, de fato, mas que acaba plenamente compensado pela importância dessa ciência em si mesma e para outros campos do conhecimento humano.
- (E) bem menor do que aquele que os políticos divulgam, interessados que estão na transferência de recursos para outras áreas que possam trazer dividendos eleitorais.

02. É ela que nos mostra o quanto o homem é pequeno no corpo e o quanto é grande no espírito, já que essa imensidão resplandecente, onde seu corpo não passa de um ponto obscuro, sua inteligência pode abarcar inteira, e dela fruir a silenciosa harmonia.

A frase acima pode ser corretamente entendida, no contexto, como o reconhecimento

- (A) da pequenez do homem diante da grandeza do universo, que pode, no entanto, a partir da ciência astronômica, ser conhecido em sua totalidade pela inteligência humana.
- (B) de que o homem é pequeno fisicamente, mas tem uma alma que pode ser lúcida, generosa e tão grande como o universo mostrado pela astronomia.
- (C) da grandeza da inteligência humana que, colocada em um ser tão pequeno, pode fazê-lo um dia capaz de transportar-se para qualquer galáxia do universo.
- (D) da insignificância do homem quando visto a partir do conhecimento astronômico, revelando que sua inteligência, por maior que seja, é incapaz de compreender a harmonia universal.
- (E) de que há no homem uma divisão radical entre corpo e alma, que só poderá ser superada na medida da compreensão integrada da presença humana no universo.

#### 03. ... a que ponto a astronomia facilitou a obra das outras ciências ...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- (A) ... astros que ficam tão distantes ...
- (B) ... que a astronomia é uma das ciências ...
- (C) ... que nos proporcionou um espírito ...
- (D) ... cuja importância ninguém ignora ...
- (E) ... onde seu corpo não passa de um ponto obscuro ...

#### 04. Considerados os necessários ajustes, a substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo INCORRETO em:

- (A) Atingimos [...] a consciência de nossa força = Atingimo-la.
- (B) cada eclipse acarreta [...] despesas suplementares = cada eclipse as acarreta.
- (C) que são [...] estranhos às nossas lutas = que lhes são estranhos.
- (D) jamais desempenharão qualquer papel = jamais o desempenharão.
- (E) Mas isso seria abordar a questão = Mas isso seria abordar-lhe.

#### 05. É impossível que nossos homens políticos não tenham conservado um resto de idealismo...

A forma verbal resultante da transposição da frase acima para a voz passiva é:

- (A) conservassem.
- (B) tenha sido conservado.
- (C) fora conservado.
- (D) tenham sido conservados.
- (E) conservasse.



**06. Mantém-se o respeito às normas de concordância verbal caso a forma do verbo grifado seja substituída pela que está entre parênteses ao final da frase:**

- (A) Os governos e os parlamentos devem achar que ... (deve)
- (B) ... porque essa consciência nos torna mais fortes. (tornam)
- (C) ... a astronomia é uma das ciências que custam mais caro ... (custa)
- (D) E tudo isso para astros que [...] jamais desempenharão qualquer papel nelas. (desempenhará)
- (E) ... é isso que se precisa dizer. (precisam)

**07. Atente para as afirmações abaixo sobre pontuação.**

- I. Em *a astronomia é uma das ciências que custam mais caro* (1º parágrafo), uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois do termo *ciências*, sem prejuízo para o sentido e a correção.
- II. Em *Bem poderíamos lhes falar da navegação, cuja importância ninguém ignora ...* (2º parágrafo), a retirada da vírgula implicaria prejuízo para o sentido original.
- III. Em *Mas o que eu gostaria de mostrar, antes de tudo, é a que ponto a astronomia ...* (último parágrafo), as vírgulas poderiam ser substituídas por travessões, sem prejuízo para a correção.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

**Atenção:** Para responder às questões de números 8 a 14, considere o texto abaixo.

A música alcançou uma onipresença avassaladora em nosso mundo: milhões de horas de sua história estão disponíveis em disco; rios de melodia digital correm na internet; aparelhos de mp3 com 40 mil canções podem ser colocados no bolso. No entanto, a música não é mais algo que fazemos nós mesmos, ou até que observamos outras pessoas fazerem diante de nós. Ela se tornou um meio radicalmente virtual, uma arte sem rosto. Quando caminhamos pela cidade num dia comum, nossos ouvidos registram música em quase todos os momentos – pedaços de hip-hop vazando dos fones de ouvido de adolescentes no metrô, o sinal do celular de um advogado tocando a “Ode à alegria”, de Beethoven –, mas quase nada disso será resultado imediato de um trabalho físico de mãos ou vozes humanas, como se dava no passado.

Desde que Edison inventou o cilindro fonográfico, em 1877, existe gente que avalia o que a gravação fez em favor e desfavor da arte da música. Inevitavelmente, a conversa descambou para os extremos retóricos. No campo oposto a todos os que diziam que a tecnologia acabaria com a música estão os utópicos, que alegam que a tecnologia não aprisionou a música, mas libertou-a, levando a arte da elite às massas. Antes de Edison, diziam os utópicos, as sinfonias de Beethoven só podiam ser ouvidas em salas de concerto selecionadas. Agora, as gravações levam a mensagem de Beethoven aos confins do planeta, convocando a multidão saudada na “Ode à alegria”: “Abraçam-se, milhões!”. Glenn Gould, depois de afastar-se das apresentações ao vivo em 1964, previu que

*dentro de um século o concerto público desapareceria no éter eletrônico, com grande efeito benéfico sobre a cultura musical.*

(Adaptado de Alex Ross. *Escuta só*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo, Cia. das Letras, 2010, p. 76-77)

**08. No texto, o autor**

- (A) apresenta duas posições radicalmente opostas em relação aos efeitos da tecnologia sobre a fruição da música.
- (B) critica os que fazem música de maneira anônima, contrapondo-os aos grandes músicos do passado.
- (C) comprova que a música se desvalorizou na medida em que deixou de ser apresentada ao vivo, passando a ser uma arte menor.
- (D) lamenta os efeitos nefastos da tecnologia sobre a música, que se transformou em mero toque de celular.
- (E) conclui com ironia que os adolescentes desfrutam música de qualidade inferior à cultivada por pessoas já formadas.

**09. No entanto, a música não é mais algo que fazemos nós mesmos, ou até que observamos outras pessoas fazerem diante de nós.**

Considerando-se o contexto, é INCORRETO afirmar que o elemento grifado pode ser substituído por:

- (A) Porém.
- (B) Contudo.
- (C) Todavia.
- (D) Entretanto.
- (E) Conquanto.

**10. Antes de Edison, diziam os utópicos ...**

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) ... a tecnologia acabaria com a música ...
- (B) ... a tecnologia não aprisionou a música ...
- (C) ... nossos ouvidos registram música em quase todos os momentos ...
- (D) ... gente que avalia o que a gravação ...
- (E) ... como se dava no passado.

**11. Agora, as gravações levam a mensagem de Beethoven aos confins do planeta ...**

A frase acima se manterá gramaticalmente correta se o segmento grifado for substituído por:

- (A) à toda parte do planeta.
- (B) à região mais erma do planeta.
- (C) à cantos ermos do planeta.
- (D) à cada pedaço do planeta.
- (E) à partes desabitadas do planeta.

**12. No campo oposto ao dos que diziam que a tecnologia acabaria com a música estão os utópicos, que alegam que a tecnologia não aprisionou a música, mas libertou-a, levando a arte da elite às massas.**



Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantém a correção, a lógica e, em linhas gerais, o sentido original está em:

- (A) Com o argumento que a música não foi aprisionada na tecnologia, mas libertou-a, levando a arte da elite às massas, os utópicos divergem com os que diziam que a tecnologia acabaria com a música.
- (B) Opondo-se aqueles que diziam que a tecnologia acabaria com a música, estaria os utópicos que alegam que, a tecnologia não aprisionou a música, pelo contrário, a libertou, levando a arte da elite às massas.
- (C) De um lado encontra-se aqueles para os quais a tecnologia acabaria com a música; de outro, os utópicos, que alegam que a música foi libertada da tecnologia, que levou a arte da elite às massas.
- (D) Alegando que, ao levar a arte da elite às massas, a tecnologia libertou a música, e não a aprisionou, os utópicos opõem-se àqueles que diziam que a tecnologia acabaria com a música.
- (E) Os que diziam que a tecnologia acabaria com a música, opõe-se aos utópicos, para quem a tecnologia não havia aprisionado a música, mas libertado-a, levando a arte da elite às massas.

### 13. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. No segmento *pedaços de hip-hop vazando dos fones de ouvido de adolescentes no metrô, o sinal do celular de um advogado tocando a "Ode à alegria", de Beethoven –*, mas ... (primeiro parágrafo), a vírgula colocada imediatamente antes de **mas** poderia ser suprimida, sem prejuízo para a correção.
- II. ... **existe gente** que avalia o que a gravação fez em favor e desfavor da arte da música. (**peessoas**). Substituindo-se o elemento em destaque pelo que se encontra entre parênteses, o resultado correto será: existe pessoas que avaliam o que a gravação fez em favor e desfavor da arte da música.
- III. *Desde que Edison inventou o cilindro fonográfico, em 1877, existe gente ...*A vírgula colocada imediatamente após **fonográfico** poderia ser suprimida, sem prejuízo para a correção. Está correto o que se afirma APENAS em
  - (A) III.
  - (B) II.
  - (C) I e III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

### 14. Embora ..... a ideia de gravar música em seu artigo de 1878, Edison não ..... alusão a uma indústria musical.

(Adaptado de Alex Ross, op. cit.)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, respectivamente,

- (A) menciona - faz
- (B) mencione - fizesse
- (C) mencionasse - fazia
- (D) mencionou - faria
- (E) mencionava - fará

### 15. Investir nas redes sociais, ..... participam mais de 500 milhões de usuários, tem se mostrado uma estratégia positiva para a sobrevivência da indústria fonográfica.

Preenche corretamente a lacuna da frase acima:

- (A) na qual
- (B) de que
- (C) com que
- (D) a qual
- (E) que

## MATEMÁTICA e RACIOCÍNIO LÓGICO

### Professor Jean

#### 16. A negação da sentença "se há consumo de um bem então ocorre uma despesa" é:

- (A) Se há consumo de um bem então não ocorre uma despesa;
- (B) Se não há consumo de um bem então não ocorre despesa;
- (C) Se não há consumo de um bem então ocorre uma despesa;
- (D) Há o consumo de um bem, mas não ocorre uma despesa.
- (E) Não há o consumo de um bem e nem ocorre uma despesa;

#### 17. Considere verdadeiras as proposições P1 "Se chove o dia inteiro, Marcos fica resfriado" e P2 "Marcos não ficou resfriado".

A leitura dessas proposições leva à conclusão indicada na alternativa

- (A) Choveu o dia inteiro.
- (B) Não choveu o dia inteiro
- (C) Não choveu e Marcos ficou resfriado.
- (D) Choveu e Marcos não ficou resfriado.
- (E) Choveu ou Marcos ficou resfriado.

#### 18. Certo dia, cinco funcionários de um mesmo setor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - Ademar, Barcelar, Camargo, Durval e Ernesto - foram convocados para uma reunião em que se discutiria a implantação de um novo serviço de internet. Após a realização dessa reunião, alguns funcionários do setor fizeram os seguintes comentários:

- "Se Durval participou da reunião, então Ernesto também participou";
- "Se Durval não participou da reunião, então Camargo participou";
- "Se Barcelar ou Camargo participaram, então Ademar não participou";
- "Ernesto não participou da reunião".

Considerando que as afirmações contidas nos quatro comentários eram verdadeiras, pode-se concluir com certeza que, além de Ernesto, não participaram de tal reunião

- (A) Ademar e Barcelar.
- (B) Ademar e Durval
- (C) Barcelar e Camargo.
- (D) Barcelar e Durval.
- (E) Camargo e Durval.



19. O silogismo é uma forma de raciocínio dedutivo. Na sua forma padronizada, é constituído por três proposições: as duas primeiras denominam-se premissas e a terceira, conclusão. As premissas são juízos que precedem à conclusão. Em um silogismo, a conclusão é consequência necessária das premissas. Assinale a alternativa que corresponde a um silogismo.

- (A) Premissa 1: Ronaldo é matemático. Premissa 2: Alguns matemáticos gostam de física. Conclusão: Ronaldo gosta de física.
- (B) Premissa 1: Ronaldo é matemático. Premissa 2: Todos os matemáticos gostam de física. Conclusão: Ronaldo gosta de física.
- (C) Premissa 1: Paulo gosta de física. Premissa 2: Alguns matemáticos gostam de física. Conclusão: Paulo é matemático.
- (D) Premissa 1: Paulo gosta de física. Premissa 2: Todos os matemáticos gostam de física. Conclusão: Paulo é matemático.
- (E) Premissa 1: Paulo não gosta de física. Premissa 2: Nenhum matemático gosta de física. Conclusão: Paulo é matemático.

20. Feita uma pesquisa entre 100 candidatos a certo concurso, acerca das disciplinas português, raciocínio lógico e atualidades, constatou-se que 65 gostam de português, 60 gostam de raciocínio lógico, 50 gostam de atualidades, 35 gostam de português e raciocínio lógico, 30 gostam de raciocínio lógico e atualidades, 20 gostam de atualidades e português e 10 gostam dessas três disciplinas. O número de alunos que não gosta de nenhuma dessas disciplinas é

- a) 0
- b) 5
- c) 10
- d) 15
- e) 20

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 40 QUESTÕES (peso 2)

### NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO e NOÇÕES DE DIREITO PROC. DO TRABALHO Professora Renata

21. Acerca dos princípios que informam o Direito do Trabalho, pode-se afirmar que:

- (A) A irredutibilidade de salário é um princípio absoluto.
- (B) É lícita a redução dos salários dos empregados da empresa, desde que disposta em Convenção ou Acordo Coletivo.
- (C) O empregador pode, livremente, em qualquer hipótese, reduzir o salário do empregado.
- (D) O empregador pode reduzir o salário do empregado, se este firmar por escrito sua concordância.
- (E) O empregador pode reduzir o salário de seus empregados, desde que 75% deles concordem com tal redução, independentemente de negociação com a entidade sindical da categoria.

22. Hércules trabalha na empresa H com jornada de trabalho de cinco horas diárias; César trabalha na empresa C com jornada de trabalho de oito horas diárias. Nestes casos, em regra, para Hércules será obrigatório a concessão de intervalo intrajornada de

- (A) trinta minutos e para César de no mínimo uma hora, sendo computados estes intervalos na duração do trabalho.
- (B) trinta minutos e para César de no mínimo uma hora, não sendo computados estes intervalos na duração do trabalho.
- (C) quinze minutos e para César de no mínimo uma hora, não sendo computados estes intervalos na duração do trabalho.

(D) dez minutos e para César de no mínimo trinta minutos, sendo computados estes intervalos na duração do trabalho.

(E) sessenta minutos, assim como para César, não sendo computados estes intervalos na duração do trabalho.

23. Bruno, empregado da empresa AS, através de contrato individual por prazo indeterminado, recebeu suspensão disciplinar pelo prazo de noventa dias consecutivos. Neste caso:

- (A) considera-se que houve rescisão do contrato por culpa da empresa AS, sendo devida, entre outras verbas, o aviso prévio.
- (B) considera-se que houve rescisão do contrato de trabalho por culpa da empresa AS, não sendo devido o aviso prévio em razão da suspensão disciplinar.
- (C) considera-se que houve rescisão do contrato de trabalho por culpa de Bruno, não sendo devido o aviso prévio em razão da suspensão disciplinar.
- (D) considera-se que houve rescisão do contrato de trabalho por culpa recíproca, sendo devido, dentre outras verbas, o aviso prévio.
- (E) considera-se que houve rescisão do contrato de trabalho por culpa recíproca, não sendo devido o aviso prévio em razão da suspensão disciplinar.

24. Segundo as normas preconizadas na Consolidação das Leis do Trabalho, o pagamento do salário,

- (A) na modalidade de contrato individual de trabalho por prazo indeterminado, não deve ser estipulado por período superior a um mês, inclusive no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.



- (B) qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, inclusive no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.
- (C) qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.
- (D) na modalidade de contrato individual de trabalho por prazo determinado, pode ser estipulado por período superior a um mês, exceto no que concerne a comissões e percentagens.
- (E) na modalidade de contrato individual de trabalho por prazo indeterminado, pode ser estipulado por período superior a um mês, exceto no que concerne as gratificações.

**25. Por força de contrato de trabalho, Mário recebe vale refeição, Mirela recebe vale transporte e Lindalva recebe assistência médica mediante seguro-saúde. Nestes casos, possui caráter salarial o benefício recebido por**

- (A) Mário, Mirela e Lindalva.
- (B) Mário e Mirela, apenas.
- (C) Lindalva, apenas.
- (D) Mirela, apenas.
- (E) Mário, apenas.

**26. Lúcia, empregada da empresa X, recebeu hoje a notícia de que seu irmão faleceu. Mara, também empregada da empresa X, irá se casar com o seu colega de trabalho, Mário, na próxima terça-feira. Nestes casos, Lúcia e Mara, respectivamente, poderão deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, até**

- (A) três e cinco dias consecutivos.
- (B) dois e três dias consecutivos.
- (C) dois dias consecutivos.
- (D) três dias consecutivos.
- (E) cinco dias consecutivos.

**27. Jair, empregado da empresa Z, sofreu acidente de trabalho quando uma máquina de montagem de peças causou-lhe ferimento no pé, tendo sido afastado de seu emprego por 15 dias. O afastamento por motivo de acidente de trabalho, neste caso constitui hipótese de:**

- (A) autorizadora de rescisão indireta do contrato de trabalho.
- (B) de extinção do contrato de trabalho sem justa causa.
- (C) de suspensão do contrato de trabalho.
- (D) de alteração do contrato de trabalho.
- (E) de interrupção do contrato de trabalho.

**28. O Princípio que importa especificamente na garantia de preservação, ao longo do contrato, da cláusula contratual mais vantajosa ao trabalhador, que se reveste de caráter de direito adquirido, é o Princípio da**

- (A) Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas.

- (B) Continuidade da Relação de Emprego.
- (C) Intangibilidade Contratual Objetiva.
- (D) Imperatividade das Normas Trabalhistas.
- (E) Condição Mais Benéfica.

**29. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas. Este dispositivo retrata especificamente o princípio**

- (A) da instrumentalidade.
- (B) dispositivo.
- (C) da estabilidade da lide.
- (D) inquisitivo.
- (E) da *perpetuatio jurisdictionis*.

**30. Margarida ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a empresa X. Na audiência inaugural, apesar de regularmente intimada, não compareceu nenhum representante legal da reclamada, tendo sido declarada a sua revelia. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a empresa X**

- (A) deverá ser intimada da sentença apenas se tiver advogado constituído nos autos.
- (B) deverá ser intimada da sentença, ainda que não tenha advogado constituído nos autos.
- (C) não será intimada da sentença, uma vez que está legalmente declarada revel, podendo ingressar no processo até a publicação da sentença.
- (D) não será intimada da sentença, uma vez que está legalmente declarada revel, bem como não poderá ingressar no processo para interpor recursos.
- (E) será penalizada com multa administrativa de 20% sobre o valor da causa, revertida para o Fundo de Assistência ao Trabalhador gerido pelo Governo Federal.

**31. Manoela, alta executiva, ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora. A mencionada reclamação foi julgada totalmente improcedente. Neste caso, com relação ao processo de conhecimento, em regra,**

- (A) as custas processuais incidiram na base de 0,5% sobre o valor total dos pedidos, deduzidas as parcelas que não possuam natureza trabalhista direta.
- (B) as custas processuais incidiram na base de 1% sobre o valor da causa e serão devidas por Manoela.
- (C) as custas processuais incidiram na base de 2% sobre o valor da causa e serão devidas por Manoela.
- (D) não haverá condenação ao pagamento de custas tendo em vista que a ação foi julgada improcedente.
- (E) as custas processuais incidiram na base de 1% sobre o valor total dos pedidos, deduzidas as parcelas que não possuam natureza trabalhista direta.



32. Em determinada demanda trabalhista regida pelo procedimento sumaríssimo, foi deferida a prova técnica para a apuração de insalubridade. As partes foram intimadas para manifestação sobre o laudo pericial na segunda-feira, dia 10 do mês X. Neste caso, o prazo das partes se extinguirá, no mesmo mês, na próxima

- (A) quarta-feira, dia 19.
- (B) quinta-feira, dia 20.
- (C) sexta-feira, dia 14.
- (D) quinta-feira, dia 13.
- (E) segunda-feira, dia 17.

33. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo os dissídios individuais cujo valor NÃO exceda a

- (A) quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.
- (B) quarenta vezes o salário mínimo vigente na data da extinção do contrato de trabalho.
- (C) vinte vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.
- (D) vinte vezes o salário mínimo vigente na data da extinção do contrato de trabalho.
- (E) sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

34. Para a Consolidação das Leis do Trabalho, NÃO há isenção do pagamento de custas para

- (A) o sindicato dos empregados.
- (B) os Municípios.
- (C) as fundações públicas federais que não explorem atividade econômica.
- (D) as fundações públicas municipais que não explorem atividade econômica.
- (E) o Ministério Público do Trabalho.

35. A respeito da execução na Justiça do Trabalho, considere:

- I. O juiz ou presidente do tribunal, requerida a execução, mandará expedir mandado de citação ao executado, para que pague em até 30 dias, ou garanta a execução, sob pena de penhora, quando se tratar de pagamento em dinheiro, incluídas as contribuições sociais devidas ao INSS.
- II. Se o executado, procurado por 3 vezes no espaço de 72 horas, não for encontrado, far-se-á a citação por edital.
- III. O mandado de citação deverá conter a decisão exequenda ou o termo de acordo não cumprido.

De acordo com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) I e II.

36. No tocante aos atos processuais, o fato impeditivo, destinado a garantir o avanço progressivo da relação processual e a obstar o seu retorno para fases anteriores do procedimento é

- (A) a preclusão.
- (B) a prescrição.
- (C) a decadência.
- (D) a litispendência.
- (E) o impulso *ex officio*.

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL Professor Vinícius

37. Analise as afirmativas a seguir.

- I. As normas que definem os direitos e garantias individuais são consideradas programáticas.
- II. As normas constitucionais chamadas de “eficácia limitada”, de acordo com a doutrina brasileira, apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.
- III. Segundo a doutrina e jurisprudência brasileiras, o direito de greve, reconhecido ao servidor público pela Constituição Federal brasileira de 1988, é de eficácia plena.
- IV. As normas constitucionais de eficácia contida terão aplicabilidade integral, ainda que lei infraconstitucional preveja restrição de seu conteúdo.

Está correto apenas o contido em

- A) II.
- B) IV.
- C) I e III.
- D) II, III e IV.
- E) nenhuma das assertivas.

38. No que se refere aos direitos e garantias individuais, assinale a alternativa correta.

- A) É livre a manifestação do pensamento, permitido o anonimato;
- B) É vedada a assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva, salvo nas civis.
- C) É assegurado, em qualquer hipótese, o acesso à informação e a sua fonte;
- D) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- E) A prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritevel.

39. O sindicato dos aeroviários realizou passeata pacífica e sem armas na Lagoa Rodrigo de Freitas, na Cidade Rio de Janeiro. Essa reunião será considerada lícita desde que

- A) tenha sido previamente autorizada pela autoridade competente e não seja vinculada a greve ilegal.
- B) tenha sido previamente autorizada pela autoridade competente, apenas.



- C) não tenha frustrado outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- D) não critique os atos administrativos dos Estados e dos Municípios, apenas.
- E) não critique os atos administrativos da União, apenas.

**40. Acerca dos remédios constitucionais, assinale a alternativa incorreta:**

- A) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, será concedido mandado de injunção.
- B) dentre os requisitos constitucionalmente estabelecidos para o cabimento do mandado de segurança inclui-se a ofensa a direito líquido e certo do lesado, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- C) está legitimada a impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus associados a associação legalmente constituída e em funcionamento há pelos menos 1 ano.
- D) por meio da ação popular tutelam-se direitos como a probidade e a moralidade administrativa.
- E) um cidadão pretende ter assegurado o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros de determinada entidade governamental. Para isso, a Constituição Federal garante a ele a impetração de *habeas data*.

**41. Analise as afirmativas a seguir.**

- I. Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a vedação ao pluralismo político.
- II. Os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa figuram entre os princípios pelos quais estabelece a Constituição que a República Federativa do Brasil se rege, em suas relações internacionais.
- III. É objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- IV. Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, dentre outros, pelo princípio da vedação de asilo político.
- V. São poderes da União, dependentes entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Está correto apenas o contido em

- A) II e III.
- B) III.
- C) I e III.
- D) IV e V.
- E) nenhuma está correta.

**42. Rodolfo, com 18 anos de idade, deseja, pela primeira vez, concorrer para o cargo de Vereador em Município que pertence ao mesmo Estado no qual seu pai é Deputado Estadual. Neste caso, segundo a Constituição, Rodolfo:**

- A) poderá concorrer ao pleito, mas, se vencer as eleições, seu pai não poderá se reeleger no mesmo Estado de jurisdição do filho.

- B) não poderá concorrer ao pleito, pois incide em caso de inelegibilidade reflexa pelo fato de seu pai ser Deputado Estadual no mesmo território de jurisdição em que deseja se eleger.
- C) não poderá concorrer ao pleito, pois não possui idade suficiente para se eleger Vereador.
- D) poderá concorrer ao pleito desde que seu pai renuncie ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
- E) poderá concorrer ao pleito, pois possui idade suficiente para se eleger Vereador e não incide em caso de inelegibilidade reflexa em relação a seu pai.

**43. No que se refere aos direitos sociais, assinale a alternativa correta:**

- A) É garantido o seguro-desemprego em caso de desemprego voluntário e involuntário.
- B) O aposentado tem o direito de votar nas organizações sindicais, salvo o de ser votado.
- C) É um direito dos trabalhadores urbanos e rurais e remuneração do trabalho noturno inferior, no máximo em vinte por cento à do diurno.
- D) É um direito dos trabalhadores urbanos e rurais o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado.
- E) É garantido salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

**44. Quanto aos direitos políticos, assinale a alternativa incorreta:**

- A) Os analfabetos, embora sejam inelegíveis, podem votar.
- B) A capacidade eleitoral ativa é concernente ao direito político classificado por alistabilidade.
- C) O Vice-Governador que tenha assumido o cargo de Governador por falecimento do titular não poderá concorrer à reeleição, mesmo que para um único período subsequente.
- D) É vedada a cassação dos direitos políticos, cuja perda ou suspensão poderá se dar no caso de incapacidade civil absoluta.
- E) O militar alistável que contar mais de dez anos de serviço é elegível desde que se afaste da atividade.

**45. Com relação às responsabilidades do Presidente da República, assinale a alternativa incorreta:**

- A) Nos termos da CF, nos crimes de responsabilidade do Presidente da República, a condenação se limitará à perda do cargo, com inabilitação, por cinco anos, para o exercício de função pública.
- B) Segundo a CF, nos crimes de responsabilidade, o Presidente ficará suspenso de suas funções, pelo prazo de até 180 dias, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- C) Nas infrações penais comuns, o Presidente da República será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- D) Nas infrações penais comuns, enquanto não sobrevier sentença condenatória, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.





E) Se, decorrido o prazo de 180 dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente da República, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

**46. Analise as afirmativas a seguir.**

- I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- II. Compete ao Tribunal de Contas da União julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- III. Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução do ato impugnado, somente após a autorização de um terço dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- IV. O Tribunal de Contas da União encaminhará à Câmara dos Deputados, semestralmente, o relatório de suas atividades.
- V. No tocante ao Tribunal de Contas da União, é composto por 9 ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

*Está correto apenas o contido em*

- A) I, III e V.
- B) III e IV.
- C) IV e V.
- D) II e III.
- E) I e V.

**47. Quanto ao Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:**

- A) Nos termos da CF, aos juízes é permitido dedicar-se à atividade político-partidária.
- B) O Supremo Tribunal Federal é composto por Ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- C) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de setenta anos de idade, dentre outros requisitos.
- D) Sobre os Tribunais Regionais do Trabalho, compõem-se de, no mínimo, sete juízes nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- E) São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Juntas de Conciliação e Julgamento e os Juízes do Trabalho.

**48. No que se refere às funções essenciais à Justiça, assinale a alternativa incorreta:**

- A) À Defensoria Pública incumbe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, assim considerados, pela Constituição Federal, os que comprovarem insuficiência de recursos.

- B) A Advocacia Geral da União é a instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente.
- C) A promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, é função institucional da Advocacia Privada.
- D) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis.
- E) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**  
**Professor Christian**

**49. Sobre a descentralização e a desconcentração é correto afirmar que a**

- (A) descentralização compreende a distribuição de competências para outra pessoa jurídica, enquanto a desconcentração constitui distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
- (B) descentralização compreende a distribuição de competências para outra pessoa jurídica, vedada a delegação de serviço público à pessoa jurídica de direito privado.
- (C) descentralização constitui distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica, admitindo, excepcionalmente, a delegação de serviço público a terceiros.
- (D) desconcentração compreende a distribuição de competências para outra pessoa jurídica, desde que de natureza jurídica de direito público.
- (E) desconcentração constitui a delegação de serviço público à pessoa jurídica de direito privado por meio de permissão ou concessão.

**50. Pode-se, sem pretender esgotar o conceito, definir o princípio da eficiência como princípio**

- (A) infralegal que positivou a supremacia do interesse público, permitindo que a decisão da Administração sempre se sobreponha ao interesse do particular.
- (B) infralegal dirigido à Administração Pública para que ela seja gerida de modo impessoal e transparente, dando publicidade a todos os seus atos.
- (C) constitucional que rege a Administração Pública, do qual se retira especificamente a presunção absoluta de legalidade de seus atos.
- (D) constitucional que se presta a exigir a atuação da Administração Pública condizente com a moralidade, na medida em que esta não encontra guarida expressa no texto constitucional.
- (E) constitucional dirigido à Administração Pública para que seja organizada e dirigida de modo a alcançar os melhores resultados no desempenho de suas funções.



**51. A aplicação do princípio da impessoalidade à Administração Pública traduz-se, dentre outras situações, na**

- (A) proibição de identificação de autoria em qualquer requerimento dirigido à Administração, restringindo-se a indicação numérica para, ao fim do processo, notificar o interessado.
- (B) atuação feita em nome da Instituição, ente ou órgão que a pratica, sempre norteada ao interesse público, não sendo imputável ao funcionário que a pratica, ressalvada a responsabilidade funcional específica.
- (C) conduta da Administração não visar a prejudicar ou beneficiar pessoas, salvo se, por consequência indireta, atingir finalidade de interesse público.
- (D) conduta da Administração ser geral e indeterminada, de modo que qualquer benefício concedido a um funcionário, ainda que por força de ordem judicial, deve ser obrigatoriamente estendido a todos os demais.
- (E) atuação da Administração não reconhecer direito individual de servidor, somente podendo processar requerimentos coletivos para a obtenção de benefícios.

**52. Dispõe o Poder Executivo de poder para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.**

*Trata-se do poder*

- (A) disciplinar.
- (B) discricionário.
- (C) de polícia.
- (D) regulamentar.
- (E) hierárquico.

**53. O serviço público não é passível de interrupção ou suspensão afetando o direito de seus usuários, pela própria importância que ele se apresenta, devendo ser colocado à disposição do usuário com qualidade e regularidade, assim como com eficiência e oportunidade. Trata-se do princípio fundamental dos serviços públicos denominado**

- (A) impessoalidade.
- (B) igualdade.
- (C) continuidade.
- (D) mutabilidade.
- (E) universalidade.

**54. Determinado administrador público desapropriou certo imóvel residencial com o propósito de perseguir o expropriado, seu inimigo político. Não obstante o vício narrado, a Administração Pública decide convalidar o ato administrativo praticado (desapropriação) com efeitos retroativos.**

*Sobre o fato, é correto afirmar que:*

- (A) Será possível a convalidação, a fim de ser aproveitado o ato administrativo praticado, sanando-se, assim, o vício existente.

- (B) Não será possível a convalidação, sendo ilegal o ato praticado, por conter vício de finalidade.
- (C) Não será possível a convalidação, sendo ilegal o ato praticado, por conter vício de forma.
- (D) Não será possível a convalidação, sendo ilegal o ato praticado, por conter vício de objeto.
- (E) Será possível a convalidação, no entanto, ela deverá ter efeitos *ex nunc* e, não, *ex tunc*.

**55. Analise a seguinte característica concernente ao contrato administrativo: "prerrogativa especial conferida à Administração Pública na relação do contrato administrativo em virtude de sua posição de supremacia em relação à parte contratada". Trata-se**

- (A) da comutatividade do contrato administrativo.
- (B) da cláusula exorbitante.
- (C) da exigência legal de formalização por escrito e com requisitos especiais do contrato administrativo.
- (D) do direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo.
- (E) da consensualidade do contrato administrativo, exigindo o acordo entre as partes para a formalização da avença.

**56. Sobre licitação, considere as seguintes características:**

- I. Destina-se à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico.
- II. A contraprestação pode ser através remuneração.
- III. Destina-se a interessados previamente cadastrados.
- IV. O edital é publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de trinta dias.

*São características da modalidade de licitação concurso o que consta nos itens*

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**57. Manoel, servidor público federal, foi punido com a penalidade de suspensão por sessenta dias. Nos termos da Lei no 8.112/1990, após o decurso de determinado período de efetivo exercício, Manoel terá a sanção cancelada de seus registros, desde que, nesse período, não tenha praticado nova infração disciplinar. O lapso temporal a que se refere o enunciado é de**

- (A) 1 ano.
- (B) 3 anos.
- (C) 4 anos.
- (D) 5 anos.
- (E) 2 anos.



**58. No que se refere ao provimento de cargo público, a posse e o exercício do cargo público, deverão observar, respectivamente, os prazos de**

- (A) 15 dias contados da publicação do ato de provimento e 05 dias contados da data da posse.
- (B) 15 dias contados da publicação do ato de provimento e 15 dias contados da data da posse.
- (C) 30 dias contados da publicação do ato de provimento e 30 dias contados da data da posse.
- (D) 30 dias contados da publicação do ato de provimento e 15 dias contados da data da posse.
- (E) 60 dias contados da publicação do ato de provimento e 30 dias contados da data da posse.

**59. Nos termos da Lei no 8.429/1992, praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência constitui**

- (A) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (B) mero ilícito administrativo.

- (C) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (D) conduta lícita, não caracterizando qualquer irregularidade.
- (E) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

**60. Segundo a Lei no 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é direito dos administrados:**

- (A) não agir de modo temerário.
- (B) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- (C) expor os fatos conforme a verdade.
- (D) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- (E) fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

***Pegue o gabarito comentado, confira e refaça as questões que errou.***

**REGRAS PARA APURAÇÃO DA NOTA (de 0 a 100):**

As questões de 01 a 20 valem 1,0 ponto cada;  
As questões de 21 a 60 valem 2,0 pontos cada.



# GABARITO

## PROVA SIMULADA TRT-PR 2013

### RESPOSTAS COMENTADAS

#### REGRAS PARA APURAÇÃO DA NOTA (de 0 a 100):

As questões de 01 a 20 valem 1,0 ponto cada;

As questões de 21 a 60 valem 2,0 pontos cada.

<b>LÍNGUA PORTUGUESA – Professora Eliane Haj</b>	
01 D	<p><i>“Bem poderíamos lhes falar da navegação, cuja importância ninguém ignora, e que tem necessidade da astronomia. Mas isso seria abordar a questão por seu lado menos importante.</i></p> <p><i>A astronomia é útil porque nos eleva acima de nós mesmos; é útil porque é grande; é útil porque é bela; é isso que se precisa dizer. É ela que nos mostra o quanto o homem é pequeno no corpo e o quanto é grande no espírito”...</i></p>
02 A	<p><i>“É ela que nos mostra o quanto o homem é pequeno no corpo e o quanto é grande no espírito”...</i></p>
03 D	<p><i>Alguém facilita algo – Verbo Transitivo direto, assim como o “ignorar” (alguém ignora algo ou alguém).</i></p> <p>(A) Ficar distante – verbo de ligação (característica)</p> <p>(B) A astronomia é um das ciências – verbo de ligação (característica)</p> <p>(C) Que nos proporcionou um espírito – verbo transitivo direto e indireto (proporciona algo A alguém)</p> <p>(D) CORRETA</p> <p>(E) Não passa de um ponto obscuro – verbo de ligação (característica)</p>
04 E	<p>Abordar algo – Verbo Transitivo Direto – Seu complemento direto deve ser substituído por O, A, OS, AS. Mas isso seria abordá-la. (a questão)</p>
05 B	<p>... não tenham conservado um resto de idealismo – na voz passiva analítica ficaria: Um resto de idealismo não tenha sido conservado. (Locução Verbal + Verbo Ser)</p>
06 C	<p>(A) Sujeito composto – verbo no plural apenas.</p> <p>(B) Sujeito simples – a consciência (singular) – verbo no singular apenas.</p> <p>(C) Uma das ciências que custa/custam mais caro – Um dos que permite singular ou plural. – Correta.</p> <p>(D) Sujeito Simples – os astros (plural) – verbo apenas no plural.</p> <p>(E) Precisar + Se (VTI + SE) – Índice de Indeterminação do sujeito – Verbo apenas na 3ª pessoa do singular.</p>
07 A	<p>I está incorreta visto que o termo “ciências” vem seguido de pronome relativo, que introduz uma oração adjetiva. Ela pode ser restritiva (sem vírgula e característica só de alguns elementos daquela espécie) ou explicativa (com vírgula e característica própria da espécie). Como se quer tipificar a ciência mais cara, deve-se empregar a restrição, sem vírgula. A vírgula altera a mensagem, tornando-se imprópria para a situação, ao afirmar que todas as ciências são caras.</p>
08 A	<p><i>“No entanto, a música não é mais algo que fazemos nós mesmos, ou até que observamos outras pessoas fazerem diante de nós. Ela se tornou um meio radicalmente virtual, uma arte sem rosto.” – O conectivo adversativo já demonstra a oposição pretendida na argumentação.</i></p>
09 E	<p>Questão simples de conectivo e sinonímia – “No entanto” expressa contraste como “mas”, “porém”, “contudo”, “todavia”, “entretanto” e introduz orações coordenativas. “Conquanto” tem valor subordinado concessivo. Nunca ocupam a mesma oração.</p>
10 E	<p>“Diziam” expressa um processo feito mais de uma vez, no passado – Pretérito Imperfeito do Indicativo. Geralmente tem terminação -IA ou -VA, como em “dava”. Os demais são respectivamente:</p> <p>(A) Futuro do pretérito – RIA;</p> <p>(B) Pretérito perfeito – OU;</p>

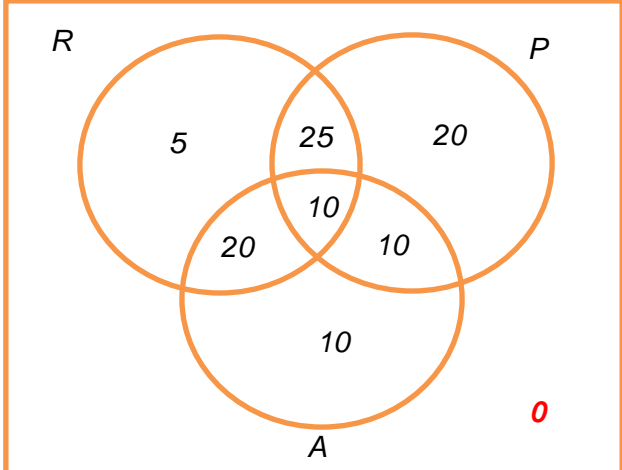


	(C) Presente do Indicativo – M (D) Presente do Indicativo – Avalio, avalias, avalia...
11 B	Questão de sinonímia – levar algo aos confins do planeta = à região mais erma do planeta, mais longínqua.
12 D	Ambas as argumentações são opostas – um acredita que a música se fortalece; outro, que ela se dilui. Principais incorreções: (A) Problema de regência – “Com o argumento DE que...” (B) Problema de regência e crase – “Opondo-se ÀQUELES” (C) Problema de concordância e colocação pronominal – “De um lado SE ENCONTRAM aqueles...” (D) Correta (E) Problema de pontuação – Não se separa o sujeito do verbo por vírgula – “Os que diziam que a tecnologia acabaria com a música opõe-se a...”
13 A	I – A vírgula sempre aparece antes de conectivos adversativos. II – O verbo existir deve concordar com o que existe – pessoas. O correto seria EXISTEM PESSOAS. III – A vírgula pode ser suprimida porque o tempo se refere à primeira parte da frase.
14 C	Embora a música mencionasse (contrate subordinado – modo subjuntivo exigido – mencione ou mencionasse) a ideia de gravar música em seu artigo de 1878, Edison não fazia (processo durativo – pretérito imperfeito do indicativo) alusão a uma indústria musical.
15 B	Como alguém participa de algo, são as redes sociais DE QUE PARTICIPAM MAIS DE 500 MILHÕES DE USUÁRIOS.

**MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO – Professor Jean**

16 D	<p>Sejam:  <math>p</math>: há consumo de um bem  <math>q</math>: ocorre uma despesa</p> $\sim (p \rightarrow q) \Leftrightarrow p \wedge \sim q$																											
17 B	<p><math>p</math> (Choveu o dia inteiro.) - ?  <math>q</math> (Marcos ficou resfriado.) - F  <math>(p \rightarrow q)</math> (Se chove o dia inteiro, Marcos fica resfriado.) - V</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th><math>p</math></th> <th><math>q</math></th> <th><math>p \rightarrow q</math></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </tbody> </table>	$p$	$q$	$p \rightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V												
$p$	$q$	$p \rightarrow q$																										
V	V	V																										
V	F	F																										
F	V	V																										
F	F	V																										
18 B	<p>I. Ernesto não participou da reunião.</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th colspan="3">V</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Se Durval participou da reunião,</td> <td>então</td> <td>Ernesto também participou.</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>→</td> <td>F</td> </tr> </tbody> </table> <p>II. Durval não participou da reunião.</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th colspan="3">V</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Se Durval não participou da reunião</td> <td>então</td> <td>Camargo participou.</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>→</td> <td>V</td> </tr> </tbody> </table> <p>III. Camargo participou da reunião.</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th colspan="3">V</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Se Barcelar ou Camargo participaram</td> <td>então</td> <td>Ademar não participou.</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>→</td> <td>V</td> </tr> </tbody> </table> <p>IV. Ademar não participou da reunião.</p>	V			Se Durval participou da reunião,	então	Ernesto também participou.	F	→	F	V			Se Durval não participou da reunião	então	Camargo participou.	V	→	V	V			Se Barcelar ou Camargo participaram	então	Ademar não participou.	V	→	V
V																												
Se Durval participou da reunião,	então	Ernesto também participou.																										
F	→	F																										
V																												
Se Durval não participou da reunião	então	Camargo participou.																										
V	→	V																										
V																												
Se Barcelar ou Camargo participaram	então	Ademar não participou.																										
V	→	V																										



19 B	<b>Silogismo</b> Ronaldo é matemático. (premissa menor – fornece o sujeito da conclusão) Todos os matemáticos gostam de física. (premissa maior – fornece o predicado da conclusão) Ronaldo gosta de física. (conclusão)
20 A	$35 + 30 + 20 = 85 \rightarrow 85 - 10 = 75$ $65 + 60 + 50 = 175 \rightarrow 175 - 75 = 100$ $100 - 100 = 0$ 

**NOÇÕES DIREITO DO TRABALHO E PROC. TRABALHISTA – Professora Renata**

21 B	Apesar de o princípio da irredutibilidade salarial vedar a redução do salário dos trabalhadores, existe previsão de que tal redução poderá ocorrer se realizada por Convenção ou Acordo Coletivo, isto é, com a participação do Sindicato profissional (art. 7º, inciso VI, CF/88). Houve previsão na CLT de que era possível a redução salarial em razão de força maior (CLT, art. 543). Esse artigo não foi recepcionado pela CF/88.
22 C	<b>(§ 1º do art. 71 da CLT)</b> - Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas. § 1º - Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas.
23 A	Tratam-se as punições de um dos meios pelo qual o empregador faz valer seu poder de direção, pois é ele quem “dirige a prestação pessoal de serviços” (CLT, art. 2º). Como ele assume, exclusivamente, os riscos da atividade econômica, há necessidade de organizar e controlar a prestação de serviços, mesmo que, para isso, seja necessária a aplicação das penalidades aos trabalhadores. Entretanto, há limites legais e constitucionais ao exercício desse poder, não podendo o empregador, por exemplo, afrontar a dignidade do empregado, nem ordenar-lhe a prática de conduta ilegal. A suspensão do empregado por mais de 30 dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho (CLT, art. 474). É devido o aviso prévio na despedida indireta (CLT, art. 487, § 4º).
24 C	<b>(Art. 459, caput, da CLT)</b> - Art. 459 - O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.
25 E	<b>(Art. 458, § 2º, III, da CLT)</b> - § 2º Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: I – vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço; II – educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático; III – transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público; IV – assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde; V – seguros de vida e de acidentes pessoais; VI – previdência privada; VII – (VETADO)
26 B	<b>(Art. 473, I, CLT – 2 dias e art. 473, II – 3 dias)</b> - Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa



	<p>que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;</p> <p>II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;</p> <p>III - por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana;</p> <p>IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;</p> <p>V - até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.</p> <p>VI - no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra "c" do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).</p> <p>VII - nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.</p> <p>VIII - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.</p>
27 E	Durante os 15 primeiros dias de afastamento em razão de acidente do trabalho ou de doença profissional, o empregador deve pagar os salários ao empregado. Por essa razão, considerando que, na questão, o afastamento durou 15 dias, estamos diante de hipótese de interrupção do contrato de trabalho. Após os 15 primeiros dias, o contrato ficará suspenso, pois a Previdência Social assumirá o pagamento do benefício.
28 E	<b>(Art. 468 da CLT)</b> - Art. 468 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
29 D	<b>(Art. 765 da CLT)</b> - Art. 765 - Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.
30 B	<b>(Art. 852 CLT)</b> - Art. 852-A. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
31 C	<b>(Art. 789 da CLT)</b> - Art. 789. Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e serão calculadas:
32 E	<b>(Art. 852-H, § 6º)</b> - Art. 852-H. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente. § 6º As partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de cinco dias.
33 A	<b>(Art. 852-A da CLT)</b> - Art. 852-A. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
34 A	<b>(Art. 790-A, I, CLT)</b> Art. 790-A. São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita: I – a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica; II – o Ministério Público do Trabalho. Parágrafo único. A isenção prevista neste artigo não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, nem exime as pessoas jurídicas referidas no inciso I da obrigação de reembolsar as despesas judiciais realizadas pela parte vencedora.
35 A	<b>(§ 1º art. 880 da CLT)</b> Art. 880. Requerida a execução, o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora. (Lei 11.457, de 2007). § 1º - O mandado de citação deverá conter a decisão exequenda ou o termo de acordo não cumprido
36 A	<b>Preclusão</b> é, no direito processual, a perda do direito de agir nos autos em face da perda da oportunidade, conferida por certo prazo. Assim, se a parte deixa de arrolar testemunhas no prazo adequado, estará precluso seu direito à produção de prova testemunhal. <b>Modalidades:</b> preclusão pode ser: <ul style="list-style-type: none"><li>• Temporal, referente ao tempo;</li><li>• Consumativa, quando o ato já se consumou, não podendo fazê-lo, outra vez;</li><li>• Lógica, quando se pratica determinado ato que o impeça de fazê-lo de outra forma.</li><li>• Consumativa: quando o ato já se consumou, tendo sido praticado uma vez, não poderá ser repetido.</li></ul>

### NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL – Professor Vinícius

37 A	<p>I - As normas que definem os direitos e garantias individuais, conforme a própria constituição estabelece no §1º do art. 5º, têm aplicação imediata! Conceito incompatível com as normas programáticas. Estas buscam estabelecer diretrizes, fins a serem atingidos (o que acaba servindo de desculpa para seu descumprimento).</p> <p>II - Na tradicional classificação do professor José Afonso da Silva, as normas de eficácia limitada possuem "aplicabi-</p>
------	--



	<p>lidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre esses interesses, após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade"</p> <p>III - O que o STF decidiu no Mandado de Injunção 670 foi que, diante da omissão do legislador em regulamentar o exercício do direito de greve do servidor público, deve-se utilizar a Lei que dispõe sobre o direito de greve no setor privado. Isso ocorreu justamente porque o direito de greve do servidor é norma de eficácia limitada!</p> <p>IV – As normas constitucionais de eficácia contida terão os mesmos efeitos de uma norma constitucional de eficácia plena, desde que não exista norma infraconstitucional restringindo seus efeitos. Assim ocorrendo, portanto, não terá a norma constitucional de eficácia contida aplicabilidade integral.</p>
38 D	<p>A) Errado. A Constituição veda o uso do anonimato por meio do disposto em seu art. 5º, IV;</p> <p>B) Errado. A assistência religiosa é assegurada nas entidades de internação coletiva, sejam elas civis ou militares (art. 5º, VII);</p> <p>C) Errado. Segundo o art. 5º, XIV, da CF, embora seja assegurado a todos o acesso à informação, é resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;</p> <p>D) Correta. Para que as atividades da associação sejam suspensas, basta decisão judicial simples. Já para a dissolução da associação, exige-se decisão judicial transitada em julgado;</p> <p>E) Errado. Constitui crime inafiançável e imprescritível (art. 5º, XLIV).</p>
39 C	<p>CF 88 Art. 5º, XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, <b>independentemente de autorização</b>, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio AVISO à autoridade competente;</p>
40 A	<p>A) Incorreta. O direito de ir e vir é tutelado por meio do habeas corpus; B) Correta. Art. 5º, LXIX, CF; C) Correta. Art. 5º, LXX, b, CF; D) Correta. Art. 5º, LXXIII, CF; E) Correta. Art. 5º, LXXII, CF.</p>
41 B	<p>I) Incorreta. O fundamento da RFB é o pluralismo político e não a sua vedação (art. 1º, V, CF);</p> <p>II) Incorreta. Os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa são fundamentos da RFB, previstos no Art. 1º, IV, CF;</p> <p>III) Correta. Art. 3º, III, CF;</p> <p>IV) Incorreta. O princípio que a RFB obedece na ordem internacional é o da concessão do asilo político (Art.4º, X, CF);</p> <p>V) Incorreta. Os poderes da União, previstos no art. 2º, CF, são independentes e harmônicos entre si.</p>
42 E	<p>O Candidato não deve confundir a causa de inelegibilidade reflexa prevista no art. 14, § 7º, CF, que deve ser observada apenas para o cônjuge ou os parentes consanguíneos e afins, até o segundo grau ou por adoção, dos Presidente da República, Governador e Prefeito, ou seja, aos chefes do Poder Executivo. No caso em comento o pai ocupa cargo do poder legislativo.</p> <p>Para concorrer ao cargo de vereador, a idade mínima é de 18 anos.</p>
43 E	<p>A) Incorreta. O seguro-desemprego, garantido pelo art. 7º, II, da CF, só será percebido no caso de desemprego involuntário;</p> <p>B) Incorreta. Isso afronta o art. 8º, VII, da CF que garante ao aposentado filiado o direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;</p> <p>C) Incorreta. Segundo a CF, o trabalho noturno deve ser remunerado em montante maior que o diurno (CF, art. 7º, IX), e a CF não estabelece percentual a ser aplicado neste caso;</p> <p>D) Incorreta. O responsável será o empregador, e não o empregado, conforme o art. 7º, XXVIII, CF Art. 5º, LXXIII, CF;</p> <p>E) Correta. Pela CF, em seu art. 7º, VII, observa-se que o trabalhador, ainda que tenha a sua remuneração variável, possui a garantia do recebimento, ao menos, do salário-mínimo.</p>
44 C	<p>A) Correta. Art. 14, §1º e 4º, da CF;</p> <p>B) Correta. Alistabilidade é o direito de o cidadão se tornar eleitor, ou seja, exercer a capacidade eleitoral ativa;</p> <p>C) Incorreta. O chefe do Executivo tem direito a concorrer a reeleição, segundo a CF, em seu art. 14, §5º;</p> <p>D) Correta. Art. 15, II, CF;</p> <p>E) Correta. Art. 14, §8º, CF.</p>
45 A	<p>A) Incorreta. O prazo para inabilitação será de 8 anos, nos termos do art. 52, parágrafo único, CF;</p> <p>B) Correta. É o que estabelece a CF, art. 86, §1º. Lembrando que, se decorrido o prazo em questão e o julgamento não estiver concluído, ele retomarà ao exercício do cargo, nos termos do art. 86, § 2º, CF;</p> <p>C) Correta. Art. 86, CF. Lembrando que, antes desse julgamento, a acusação deve ser admitida por dois terços da Câmara dos Deputados;</p> <p>D) Correta. A CF não previu a hipótese de prisão preventiva do Presidente da República, assim, este só poderá ser preso quando for proferida a sentença condenatória, nos termos da CF, art. 86, §3º;</p> <p>E) Correta. Assim que o STF recebe a denúncia ou queixa-crime, nos casos de crimes comuns, ou o Senado instaura o processo, nos crimes de responsabilidade, o Presidente fica suspenso de suas funções (CF, art. 86, §1º). No</p>





	<i>entanto, se decorrido o prazo de 180 dias e o julgamento não estiver concluído, ele retomará o exercício do cargo, nos termos do art. 86, §2º, CF.</i>
46 E	<p>I) Correta. Art. 70, CF;</p> <p>II) Incorreta. O TCU não tem competência para julgar as contas do Presidente, apenas “apreciá-las” e emitir um parecer prévio. A competência para o julgamento será do Congresso Nacional, bem como a apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo (CF, art. 49, IX);</p> <p>III) Incorreta. A sustação de atos pode ser feita diretamente pelo TCU, sem a necessidade de autorização ou ratificação por qualquer Casa Legislativa. Diferentemente ocorre para a sustação de contratos, que só pode ser diretamente feita pelo Congresso Nacional (CF, art. 71, XV c/c art. 71, §1º);</p> <p>IV) Incorreta. Por força da CF, art. 71, §4º, o TCU encaminhará ao CONGRESSO NACIONAL (e não à Câmara), trimestral e anualmente, relatório de suas atividades; V) Correta. Art. 73, caput, CF.</p>
47 D	<p>A) Incorreta. Trata-se de vedação imposta pela CF, em seu art. 95, parágrafo único, III;</p> <p>B) Incorreta. É o SENADO FEDERAL que aprova (por maioria absoluta), e não o Congresso Nacional;</p> <p>C) Incorreta. O correto, segundo o art. 101, CF, seria: 11 ministros, com mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade;</p> <p>D) Correta. Os TRT, TER, TRF... têm, no mínimo, sete membros. E eles não precisam ser integrados por membros de 35 anos como os tribunais superiores, basta ter 30 anos de idade para integrá-los;</p> <p>E) Incorreta. Do art. 111, CF, podemos inferir que são órgãos da Justiça do Trabalho apenas o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.</p>
48 C	<p>A) Correta. Art. 134, caput, CF;</p> <p>B) Correta. Art. 131, caput, CF;</p> <p>C) Incorreta. A assertiva narra função típica do Ministério Público;</p> <p>D) Correta. Art. 127, caput, CF;</p> <p>E) Correta. Art. 133, CF.</p>

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – Professor Christian**

49 A	A descentralização e a desconcentração surgem como fenômenos referentes à organização de competências da Administração Pública. Quando a Administração atua através de uma outra pessoa jurídica (indiretamente), ainda que à pessoa jurídica de direito privado, ocorre a descentralização, ao passo que quando a distribuição de competências é interna ocorre o fenômeno da desconcentração.
50 E	O Princípio da Eficiência, expressamente previsto no art. 37 da Constituição da República, determina que a Administração Pública atue de maneira organizada, atingindo o máximo, com o menor gasto e no menor tempo possível.
51 B	O Princípio da Impessoalidade, expressamente previsto no art. 37 da Constituição da República, determina que a Administração Pública busque o interesse público, e não o particular, bem como evita que o ato praticado seja imputado ao funcionário para fins de benefício pessoal, ressaltava a responsabilidade funcional. Assim, é possível a identificação nominal em requerimentos administrativos.
52 E	Os Poderes Administrativos são concedidos à Administração Pública enquanto prerrogativa para melhor consecução de suas finalidades, destacando-se a busca do interesse coletivo. Nesse sentido, o Poder Hierárquico surge da relação entre os agentes públicos e os órgãos nos quais se encontram ligados, estabelecendo atribuições e subordinação em razão da divisão de competências.
53 C	O Serviço Público não pode ser interrompido ou suspenso de maneira que afete os direitos dos usuários, conforme o Princípio da Continuidade, expressamente previsto no art. 6º, §1º da Lei 8.987/95. Não obstante, não se caracterizam por descontinuidade a interrupção em razão de emergência ou após prévio aviso por razões de ordem técnica ou inadimplimento do usuário.
54 B	Os elementos do ato administrativo são: motivo, objeto, forma, finalidade e competência. A convalidação, por seu turno, ocorre em relação a situações nas quais não se acarretam lesão ao interesse público, em decisões com vícios sanáveis. No caso analisado, houve desvio de finalidade (busca interesse particular), sendo ilegal o ato, e, logo, impossível a convalidação.
55 B	A Administração Pública, ao celebrar contratos administrativos típicos, atua em posição de superioridade, tendo em vista a finalidade de atingimento do interesse público. Nesse sentido, é permitida a inclusão de algumas cláusulas, que em contratos privados seriam consideradas “leoninas”, conferindo prerrogativas à Administração, chamadas de cláusulas exorbitantes.
56 A	A modalidade de licitação Concurso, prevista no art. 22, IV, §4º da Lei 8.666/93, é aquela que ocorre entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias. Os interessados previamente cadastrados podem participar da concorrência, da tomada de preços e do convite.
57 D	Segundo o art. 131 da Lei 8.112/90, as penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados,



	após o decurso de 3 e 5 anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar. Assim, no caso da questão, a suspensão, independente do prazo pelo qual foi aplicada, terá seu registro cancelado após o decurso de 5 anos.
58 D	A posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da publicação do ato do provimento, nos termos do art. 13, §1º do Estatuto do Servidor Federal, sob pena de ser tornado sem efeito esse ato. Por seu turno, o exercício ocorrerá no prazo de 15 dias, contados da data da posse, sob pena de exoneração ou de ser tornado sem efeito a designação para função de confiança, conforme art. 15, §1º do mesmo Diploma.
59 A	Segundo o art. 11 da Lei 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência. Trata-se de afronta direta ao Princípio constitucionalmente expresso da Impessoalidade, em razão do desvio de finalidade.
60 E	A questão está de acordo com o disposto no art. 3º, IV da Lei 9.784/1999. Inclusive, segundo o STF, na súmula vinculante n. 5, não é obrigatória defesa elaborada por advogado em processo administrativo disciplinar. As demais alternativas constituem deveres do administrado, conforme 4º da referida legislação.

**REGRAS PARA APURAÇÃO DA NOTA (de 0 a 100):**

As questões de 01 a 20 valem 1,0 ponto cada;  
As questões de 21 a 60 valem 2,0 pontos cada.

**☹️ Você discorda do gabarito?**

Então envie seu recurso, devidamente fundamentado, para  
[secretaria@cursosolon.com.br](mailto:secretaria@cursosolon.com.br)

**ATENÇÃO:**

**Depois de aplicada a prova oficial do concurso,  
os professores do *Curso Sólon* estarão ajudando  
os candidatos a entrarem contra eventuais  
recursos em relação às questões e/ou gabaritos.  
Acompanhe tudo pelo portal do *Curso Sólon* na internet.**